



ACÓRDÃO Nº1671/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11743/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Ayrton Romero da Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5158/2022-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV. Exercício de 2021.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual, do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV, exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do **Sr. Ayrton Romero da Silva**, nos termos do art. 22, inciso III, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM c/c o art. 188, §1º, inciso III, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Ayrton Romero da Silva** no valor de **R\$ 68.271,96 (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos)**, nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 por grave infração a norma legal ou regulamentar em razão das impropriedades não sanadas nos itens 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 10, 15, 16, 19 e 20 constantes no âmbito da Notificação nº



ACÓRDÃO Nº1671/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

02/2022-CI/DICAMI (fls. 792-795) e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar que mantenha a atual gestão do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV mantenha o Portal da Transparência devidamente atualizado, com divulgação em tempo real das informações de interesse coletivo ou geral, conforme dispõe o art. 8º, §§ 2º e 4º da Lei nº 12.527/2012 e que observe com maior rigor o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, acerca da nomeação formal de fiscal do contrato, sob pena de reincidência;

10.4. Dar ciência ao **Sr. Ayrton Romero da Silva** e seus patronos, sobre a decisão da Corte de Contas.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Outubro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1671/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral